Turismo comunitário e desenvolvimento: reflexões teóricas no mestrado

Community tourism and development: theoretical reflections in the master

Ana Paula Perardt Farias (FARIAS, A. P. P.)^{*}

Larissa Dias Marques (MARQUES, L. D.)^{**}

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo realizar discussões relacionadas ao turismo comunitário e à temática de desenvolvimento que vem sendo abordada nos estudos em turismo, analisando de que forma esses assuntos contribuem para um novo entendimento da sociedade como provedora de ações e relações mais humanas, solidárias e igualitárias. Para desenvolver essas reflexões e discussões, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e descritiva, de caráter exploratório, a partir da análise de livros e artigos científicos. Buscou-se apresentar os principais conceitos e verificou-se que o turismo comunitário, quando bem estruturado, pode contribuir consideravelmente para o desenvolvimento saudável e sustentável da região em que é realizado.

Palavras-chaves: Turismo comunitário; Desenvolvimento; Sociedade.

ABSTRACT - This article seeks to discuss the community tourism and development theme addressed in tourism studies, analyzing how these issues contribute to a new understanding of society as a provider of stock and more human relations, solidarity and equalitarian. To develop these reflections and discussions, a literature search was conducted in an exploratory and descriptive article, made by books analysis and scientific articles. Attempted to present in this study, the main concepts and verify that the community tourism, when properly structured, can significantly contribute to the healthy and sustainable development of the region in which it is held.

Key words: Community tourism; Development; Society.

^{*} Mestranda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Docência no Ensino Superior pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. E-mail: ana.perardt@hotmail.com

^{**} Mestranda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: larissadiasmarques@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir com as discussões acerca das temáticas: turismo comunitário e desenvolvimento, visto que esses dois conceitos apresentam elementos que permitem um diálogo interessante, sendo apontados nesta pesquisa teórica como conceitos a serem levados em consideração na elaboração de projetos de desenvolvimento turístico em comunidades.

Na sociedade moderna, o desenvolvimento do progresso técnico-científico é relacionado muitas vezes à dimensão econômica. Mesmo com o surgimento de campanhas em prol de políticas que destacam os aspectos social e humano, a produção e o mercado não valorizam o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas. As classes trabalhadoras que têm pouco acesso aos produtos desenvolvidos pelo mercado são as que mais sofrem as consequências de um sistema individualista e voltado ao capital.

Assim sendo, observa-se que a modernidade impõe um padrão consumista predador da natureza, que condiciona os objetivos sociais e ignora valores éticos. Em contrapartida, surgem nas sociedades contemporâneas economias alternativas que buscam valorizar o saber humano e estimular a produção associada, em busca do benefício coletivo.

Essas novas alternativas muitas vezes representam os pilares de sustentação necessários para manter um sistema econômico saudável, estável e duradouro. E esse sistema, por sua vez, além de mais humano, é baseado em relações de confiança e cooperação mútuas entre as pessoas, e destas com instituições que, apesar de influenciarem positiva e negativamente as ações e decisões pessoais, também auxiliam a manter a ordem social e a estabelecer novas alternativas benéficas de desenvolvimento e crescimento a nível mundial.

Assim, o turismo comunitário pode ser considerado uma dessas novas alternativas, visto como atividade que concentra a gestão turística sob o controle das comunidades receptoras, respeitando a conservação ambiental e a valorização da identidade cultural.

Dessa forma, a proposta deste trabalho é apresentar e propor uma reflexão acerca do turismo comunitário como um fator de desenvolvimento, debatendo alguns autores e

textos multidisciplinares que foram discutidos entre alunos em sala de aula, durante alguns encontros da disciplina de Turismo Comunitário, que, por sua vez, faz parte do Programa de Pós- Graduação de Mestrado em Turismo da Universidade Federal do Paraná.

Esses textos versam principalmente sob o viés da solidariedade, do planejamento participativo, da valorização da comunidade e da relação homem-natureza, além de trabalhar alguns conceitos que envolvem: desenvolvimento, formação de parcerias, política do bem viver, sociedade, entre outros que serão discutidos ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta um caráter qualitativo e exploratório, para a qual foram realizados levantamento e revisão bibliográficos para a construção do artigo e discussão dos conceitos, elencados a partir de pesquisa em artigos publicados em revistas e periódicos e em livros que foram direcionados para a disciplina de turismo comunitário, possibilitando a análise de todo o conteúdo estudado bem como o estabelecimento de relações entre os conceitos, caracterizando também uma pesquisa descritiva. (GIL, 2009).

Sendo assim, a seguir serão apresentadas as discussões e assuntos referentes a turismo comunitário, desenvolvimento e suas possíveis relações, cabendo estudá-los desde suas bases até o que se discute atualmente, afim de melhor compreendê-los e analisá-los.

2 CONCEITOS RELACIONADOS AO TURISMO COMUNITÁRIO: COMUNITARISMO E ÉTICA

Quando se pensa em turismo comunitário, logo se pensa no turismo construído pela comunidade e para a comunidade, onde os atores sociais comunitários não apenas participam, mas tem o controle total nas decisões relativas a atividade turística na localidade. (SILVA, 2014). Pensa-se também nos conceitos e autores que apresentam discussões concretas no que diz respeito à cooperação e ao bem-estar da comunidade. O autor Gargarella (2008), por exemplo, traz as principais críticas do comunitarismo, corrente de pensamento que surge na década de 1980, em oposição a determinados aspectos do individualismo e em defesa de fenômenos como a sociedade civil e o

liberalismo igualitário; uma filosofia política ou visão de mundo fundada sobre ideais que pretendem ser os da liberdade individual e da igualdade.

O comunitarismo retoma as críticas que Hegel (filósofo alemão) fazia a Kant (filósofo prussiano), pois enquanto Kant falava da existência de certas obrigações universais, pelo fato de pertencermos a uma comunidade particular, Hegel invertia essa formulação para dar prioridade aos laços comunitários. Gargarella (2008) ressalta que em vez de valorizar junto a Kant a ideia de um sujeito, Hegel defendia que a plena realização do ser humano derivava da integração dos indivíduos em sua comunidade.

Pertencer a uma determinada cultura, segundo os filósofos políticos, é vital para a existência humana, visto que a cultura compartilhada facilita as relações sociais e ser de uma cultura específica constitui um fator determinante da identidade. (GARGARELLA, 2008).

Entretanto, para se falar em cultura e turismo comunitário é necessário adentrar nos estudos sobre princípios éticos, principalmente com relação ao comportamento humano. Comparato (2006) discorre sobre a dignidade da pessoa humana em cada indivíduo, em cada grupo social, no interior dos povos, nas relações internacionais, ou seja, os princípios éticos têm em suas normas a convivência humana, visando a garantia da dignidade, sendo eles: a verdade, a justiça, o amor, a igualdade, a liberdade e a solidariedade.

Para Comparato (2006) a ética é o conjunto de valores e princípios que orientam a reflexão e as ações do homem. Diante disso, o aspecto ético é o único caminho capaz de conduzir a felicidade sem desvios ou enganos, pois está atrelado à justiça e ao amor e sem isso, na visão do autor, é impossível construir uma vida feliz, seja individualmente ou socialmente. Nesse aspecto, o autor destaca que as normas éticas são essencialmente altruístas, pois surgem do respeito ao interesse alheio, ao bem comum e a coletividade.

Outra modalidade de justiça é a solidariedade, que cada qual deve cumprir na sociedade: os fortes devem proteger os fracos, os ricos socorrer os pobres, e o homem justo deve ser aquele que, além de não cometer injustiças, pratica ações justas. Para Comparato (2006), a solidariedade é o compartilhamento empático motivado pela identificação com uma situação ou ser. Na perspectiva da igualdade e da liberdade, cada pessoa reivindica o que lhe é próprio, já no plano da solidariedade, todos são convocados a defender o que lhes é comum.

Para Morin (2007) restaurar a responsabilidade e a solidariedade é um dever de todos, no entanto, para isso é preciso reduzir a hegemonia do lucro e estimular o comércio livre. A reforma da sociedade busca estimular a educação, principalmente na compreensão entre as pessoas, a fim de que o saber seja e esteja acessível a todos, possibilitando os homens a enfrentar os problemas da vida privada e social.

Nesse sentido, a cooperação entre as pessoas e entre estas e as instituições responsáveis por promover o bem estar social se tornam importantes e ricas, como apresentado a seguir.

2.1 COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

O autor Pessali (2016), em seu livro sobre “Nanoelementos da mesoeconomia” fala sobre a importância da cooperação, considerada como o ato de pessoas ou grupos que agem ou trabalham conjuntamente em prol de um objetivo ou fim coletivo, e que pode ou não beneficiar a pessoa ou grupo que coopera. A cooperação é essencial a qualquer sistema econômico ou modo de produção: as pessoas conseguem sustentar cooperativas e criam confiabilidade, atraindo mais pessoas e formando mais alianças. (PESSALI, 2016).

Para Pessali (2016) o papel das instituições no nosso dia a dia também é fundamental, principalmente quando se pensa em cooperação, pois as instituições são sistemas ou conjuntos duráveis de normas e regras sociais que estruturam a interação social ao orientar, motivar, capacitar, formatar e restringir o comportamento humano. Outro viés importante das instituições é que as mesmas são capacitadas porque criam o poder, e dessa forma é possível enxergar o quanto as instituições estão presentes nas decisões individuais, a partir do momento em que surgem costumes, mitos, cerimônias que, em conjunto, formam uma cultura, seja ela nacional, regional, empresarial, organizacional, entre outras.

Para o autor Olson (1999) os grupos são a peça chave quando se pensa no desenvolvimento comunitário de uma região, pois os mesmos têm objetivos e interesses em comum. Essa visão foi importante para a elaboração de teorias sobre organização sindical, das teorias marxistas sobre a ação das classes sociais, de conceitos de poder e de várias discussões sobre instituições econômicas. Os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais.

A teoria dos grupos sociais e das organizações retrata que a maioria das ações praticadas por um grupo de indivíduos se dá através de uma organização, sua característica principal é a promoção dos interesses de seus membros. Para Olson (1999) a palavra grupo é usada para designar um número de indivíduos com interesse em comum, mas os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm também, além de seus interesses comuns, seus interesses individuais, que às vezes acabam entrando em conflito e ocasionando alguns desentendimentos entre pessoas e grupos, e dificultando ações coletivas em prol da formação de uma sociedade mais “humana”, conforme poderá ser visto a seguir.

2.2 OS DESAFIOS ATUAIS DO ESTADO E DA SOCIEDADE

O autor Boaventura de Souza Santos (2009) traz à tona os problemas políticos e sociais presentes na sociedade atual, onde se vive em um tempo no qual são exigidas soluções para os problemas políticos, e que esses problemas devem ser discutidos em um campo mais amplo de debate sobre os conhecimentos, principalmente na área da epistemologia e teoria.

Essas soluções, segundo o autor, poderiam ser chamadas de desmercantilização da vida, ou seja, as cooperativas, as organizações econômicas populares, as novas formas de serviço de organizações comunitárias que estão produzindo valores de uso e valores de troca seriam considerados alternativas eficientes em oposição ao sistema capitalista.

Nesse ínterim, o pós-colonialismo é matéria fundamental para entender o que se passa na Bolívia, no Equador e no Brasil nos dias de hoje. Para o autor, o pós-colonialismo significa que o colonialismo não terminou com a independência, ao contrário, continua, e por isso os países do continente passam por um longo processo histórico. O princípio pós-colonial reconhece a falta de solidariedade nacional do passado e também a injustiça histórica herdada no mesmo período. (DE SOUZA SANTOS, 2009).

O estado moderno e a democracia, para o autor, não vão criar um mínimo de estabilidade política, ocasionando uma dualidade: ou inventa-se um estado pluri, intercultural e pós-colonial, ou irá acontecer a barbárie, que pode ser pior do que o que

se tem nos dias atuais. Para de Souza Santos (2009), deve-se lidar com as diferenças e com a solidariedade, com o objetivo de evitar a fragmentação. A barbárie segundo o autor é a destruição cada vez maior dos laços políticos, quando o poder é mais forte e não tem freios, privatizando, por exemplo, os serviços públicos, como a água.

Para Theodor Adorno (1995) a indústria cultural se apresenta como único poder de dominação e difusão de uma cultura de subserviência, torna-se o guia que orienta os indivíduos em um mundo caótico e que por isso desativa, desarticula qualquer revolta contra seu sistema. Isso significa que a pseudofelicidade ou satisfação promovida pela indústria cultural acaba por desmobilizar ou impedir qualquer movimento de crítica, transformando os indivíduos em seu objeto e não permitindo a formação de uma autonomia consciente.

Adorno também destaca a produção da barbárie, discutindo que enquanto existir causa, existirá barbárie, sendo a educação, nesse caso, uma das formas, se não a principal, de repreender, além de ser uma estratégia para construir o poder na sociedade. Para o autor o processo educativo é uma transformação social, e o educador deve ser crítico, pois se necessita a crítica permanente nas formas de organização sociocultural, a reflexão sobre o passado, para que o presente não se danifique. Um dos exemplos que Adorno traz sobre isso, para impedir que a barbárie aconteça, é evitar que campos de concentração se repitam. (ADORNO, 1995).

Diante dessas discussões, cabe trazer as que estão diretamente relacionadas ao turismo comunitário, que passa a ser entendido como solução real e satisfatória aos problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais que têm sido observados.

3 TURISMO COMUNITÁRIO: QUAL SUA IMPORTÂNCIA?

O turismo, quando bem organizado, é considerado uma grande força promotora de benefícios, tanto para o município especificamente, como para a região, em função da possibilidade que tem de proporcionar uma melhoria da situação econômica de cada elemento que compõe a oferta (MIELKE, 2009).

Com o crescimento da atividade turística, bem como de outras atividades econômicas, faz-se necessário realizar um planejamento para a minimização dos

impactos. Os autores Silva, Ramiro e Teixeira¹(2009, *apud* FARIAS; GUIZI, 2014) destacam que a prioridade mercadológica coloca em prejuízo os princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental, provocando uma desestruturação da cultura local, descaracterizando ambientes naturais, estimulando a especulação imobiliária e a exclusão territorial dos moradores locais.

É nesse contexto que o turismo comunitário busca se construir como uma alternativa ao turismo especulativo e massivo dos grandes centros; por meio de uma oferta de serviços e infraestrutura mais simples, o turismo comunitário se desenvolve buscando valorizar os ambientes naturais e a cultura local, tornando-se uma nova perspectiva de visitação e de hospitalidade, ou seja, trata-se de uma nova ideia, de uma proposta turística que valorize a comunidade local e as identidades envolvidas. (SILVA, 2014).

Para Sampaio *et al* (2014) o turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes, estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes tenham contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, à conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais), além da “convivencialidade”.

Para os autores Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), esse turismo tem como princípio o respeito às heranças culturais e tradições locais, podendo ser um veículo para revigorar e resgatar essas tradições. Além disso, possibilita o estabelecimento de relações centradas no diálogo e na interação entre visitantes e visitados, onde anfitriões e turistas se respeitam, deixando de ser objetos de instrumentalização consumista, e favorecendo, sobretudo, a troca de experiências e o diálogo.

Conforme retrata Araújo e Gelbcke² (2008 *apud* FARIAS; GUIZI, 2014), perante a crise socioambiental e a massificação do turismo, o turismo comunitário surge como uma alternativa ao turismo convencional, pois representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições ingressarem de maneira independente no ramo do turismo. É uma alternativa que prioriza o lugar, a conservação

¹ SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do ministério do turismo. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra & Imagem, Rio de Janeiro, 2009.

² ARAÚJO, G.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 357-377, 2008.

ambiental e a identidade cultural, por meio de seu desenvolvimento autogerido pela própria comunidade.

Desta forma, o turismo é uma atividade com potencial para a melhoria nas condições de vida de uma comunidade, contribuindo com a ênfase na consciência comunitária, conforme ressalta Mielke (2009). Por isso, o produto turístico de base comunitária se diferencia por representar o modo de vida da comunidade anfitriã, construindo assim um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há a oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e para a comunidade local se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e com a troca de experiências advindas do turismo comunitário. (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Para o WWF-Internacional (2001), uma organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental, o turismo comunitário é:

Aquele onde as sociedades locais possuem o controle efetivo sobre seu território, desenvolvimento e gestão. E por meio do desenvolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

O objetivo principal do turismo comunitário é envolver a comunidade local desde o início do projeto com as discussões iniciais para a sua realização até o objetivo final, garantindo a distribuição mais igualitária dos lucros alcançados. (CORIOLANO, 2009).

Lobato (2013) ao explicar o sentido de comunidade aponta que estas são possuidoras de culturas tradicionais sendo o padrão tradicional e o modo de vida critérios de fundamental importância para a definição de comunidade. Coriolano (2009) destaca que na sociedade moderna, as comunidades significam uma crítica ao modo de vida moderno, que produz muitas desigualdades sociais. Dessa forma, a comunidade expressa por meio da organização coletiva e de suas reivindicações, a busca por melhores condições de vida, por meio da justiça e da igualdade de seus direitos, demonstrando que viver em comunidades requer igualdade para que a liberdade possa ser efetiva. (CORIOLANO, 2009).

Além disso, Mielke (2009) discorre que o desenvolvimento em comunidades, é uma atividade interessante por vários fatores, um deles é pensar nas possibilidades de

criações e estruturações de novos roteiros e destinos turísticos de pequeno porte, que podem contribuir como uma opção complementar para a geração de renda.

Diante disso, Sampaio (2005) aponta que o turismo comunitário é uma estratégia para que as populações tradicionais sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista dos dias atuais. No entanto, para a construção de estratégias conforme a realidade e a vocação do lugar, os moradores devem estar envolvidos e participar ativamente, estruturando pequenos empreendimentos e atividades planejadas para atender a uma demanda específica de visitantes.

Para o Ministério do Turismo (2008) este tipo de turismo é um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, que deve ser baseado em vários princípios, dentre eles a autogestão, o associativismo e cooperativismo, além da valorização cultural daquele lugar, pois a comunidade local vai ser a principal beneficiada com o desenvolvimento da atividade turística.

Dessa forma, o turismo comunitário acrescenta para as comunidades como um processo de descoberta, onde as comunidades buscam o que querem e como querem, e o que as mesmas podem fazer para contribuir com o desenvolvimento das pessoas e do local. (CORIOLANO, 2009). A mesma autora ressalta ainda que esse tipo de turismo tem como características a elaboração de planejamentos baseados no associativismo e na união dos grupos, buscando garantir a participação de todos.

Silva (2014) destaca que o turismo comunitário é realizado como um projeto de desenvolvimento sustentável pela própria comunidade. A ação da comunidade estimula o fortalecimento dos laços sociais e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social, a valorização da cultura e o sentimento de pertencimento dessas pessoas. Esse tipo de turismo representa uma perspectiva de desenvolvimento que supera o crescimento econômico e traduz uma interpretação local do turismo (SILVA, 2014).

Por isso, as iniciativas comunitárias devem ser o olhar das necessidades locais, despertando o protagonismo social e o desenvolvimento local, condições essenciais de sucesso para a realização da atividade turística em bases comunitárias. (LOBATO, 2013).

4 TURISMO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

A noção de desenvolvimento bem como a sua dinâmica, é uma relação complexa, seja ela social, ambiental e/ou econômica, conforme ressalta Malta e Barbosa (2014). Dentro dessa percepção, é possível observar a partir das obras e estudos que tratam do turismo, o forte caráter econômico no qual são levados em consideração indicadores como o Produto Interno Bruto, Produto Nacional Bruto e o PIB *per capita*, indicadores que são apenas quantitativos e não representam o real desenvolvimento. (MALTA; BARBOSA, 2014; LOBATO, 2013).

Na relação estabelecida entre desenvolvimento e crescimento, mais especificamente no turismo, a análise do desenvolvimento vem introduzindo outras questões como a influência da sociedade, a história, a cultura, política, as particularidades locais, os atores, as instituições, em suas diversas áreas. É necessário compreender, de forma mais ampla, conforme destaca Coriolano (2003) que há hoje uma concordância mundial na compreensão do desenvolvimento enquanto uma ideia mais exigente que o simples conceito de crescimento econômico.

Por isso, ao se trabalhar com a ideia de desenvolvimento, é necessário entender que ela não se refere a esfera econômica. Para Malta e Barbosa (2014) é necessário entender quais aspectos econômicos devem ser tomados em função do desenvolvimento. Vale ressaltar que é preciso pensar na abordagem de desenvolvimento centrada no homem e voltada para outros diálogos e saberes a favor do surgimento de novas epistemologias (MALTA; BARBOSA, 2014).

Para a compreensão do desenvolvimento, Sen (2000) trabalha com outro embasamento, não apenas voltado para o lado econômico, mas compreendendo o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Tal abordagem utilizada pelo autor busca agregar considerações econômicas, sociais e políticas, tendo como princípio básico a importância da liberdade humana e o estímulo do indivíduo enquanto sujeito ativo de mudanças e não somente como receptor de benefícios.

Além disso, para o autor, a promoção do desenvolvimento deve proporcionar a retirada das principais fontes de privação da liberdade: pobreza, carência de oportunidades econômicas, intolerância ou interferência de Estados repressivos, etc.

Nesse sentido, o crescimento econômico não é tratado como um fim, mas deve possibilitar a promoção da vida que se deseja construir e das liberdades que cada indivíduo usufrui. (SEN, 2000).

Vale ressaltar que, conforme Sen (2000) as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Diante disso, o autor define cinco tipos de liberdade, sendo elas: 1) Liberdades políticas; 2) Facilidades econômicas; 3) Oportunidades sociais; 4) Garantias de transparência; e 5) Segurança protetora. Cada um desses tipos distintos de direitos contribui com o aumento da liberdade.

Nessa perspectiva, busca-se compreender no turismo, em especial o turismo de base comunitária, uma atividade capaz de gerar desenvolvimento em comunidades. Para Souza (2001) a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social estão diretamente ligados à autonomia, ou seja, a autonomia é o critério essencial do desenvolvimento socioespacial; quando se tem autonomia é possível criar ações que venham a melhorar a qualidade de vida e o aumento da justiça social dos vários grupos sociais.

Por isso, no turismo de base comunitária buscam-se estratégias de desenvolvimento para comunidades, sendo este desenvolvimento não aquele voltado apenas à dimensão econômica, mas sim social. Comunidades são entendidas neste trabalho como grupos sociais que residem em pequeno espaço geográfico, cuja integração de pessoas entre si e dessas com o lugar é capaz de criar identidades muito fortes que tanto os habitantes como o lugar são identificados como comunidades (CORIOLANO, 2009).

O turismo de base comunitária e o desenvolvimento socioespacial apresentam-se como alternativas e características em comum, capazes de serem trabalhadas durante a elaboração de projetos turísticos, pois o mesmo tem como objetivo principal proporcionar outra forma de fazer turismo, visando melhorias para as comunidades envolvidas e contribuir para a preservação do patrimônio cultural das comunidades. (LOBATO, 2013).

Esse novo segmento é uma alternativa frente ao turismo de massa, e que associado à ideia de desenvolvimento socioespacial pode contribuir com o andamento de projetos turísticos em áreas de comunidades tradicionais. Um dos objetivos principais é

contribuir para o desenvolvimento local das comunidades, não somente sob o viés econômico, mas sim trabalhando com a ideia de desenvolvimento socioespacial. (LOBATO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas ao longo do trabalho, foi possível compreender a dimensão que o conceito de desenvolvimento carrega e o quanto está presente nas relações sociais, nas instituições, na sociedade, na vida em geral.

Também se pôde verificar como esse conceito está diretamente relacionado com os assuntos que envolvem turismo comunitário e como este, por sua vez, representa uma importante alternativa de ascensão e crescimento de uma dada comunidade ou região, promovendo a preservação e conservação ambientais, a manutenção da cultura e identidade locais, a geração de renda e de redes de associativismo e cooperativismo, a valorização do lugar (e de seu povo) pelos próprios moradores e visitantes, enfim, a sustentabilidade de forma geral, real e saudável.

Para que o turismo de base comunitária aconteça, é necessário que as comunidades sejam autônomas: com participação ativa nos projetos turísticos, o envolvimento da comunidade deve acontecer desde o planejamento, passando pela execução e gestão. É primordial que a comunidade possa conquistar seu desenvolvimento, a partir principalmente de sua autonomia, oportunizando qualidade de vida e justiça social. (LOBATO, 2013).

Sendo assim, faz-se necessário realizar mudanças civilizacionais amplas e complexas, transformar o poder e as sociedades. E para construir essa nova política e filosofia de vida, seria necessário pensar em um Estado plurinacional e inter e multicultural, repensando e desenvolvendo novas estruturas estatais, bem como uma nova democracia, a partir de uma organização comunitária e solidária que leve em conta os Direitos Humanos e os da Natureza, superando as desigualdades advindas da colonização.

Por fim, a partir da visão e do contato com os povos que vivem com e para a natureza, será possível construir ou mesmo transformar as sociedades já existentes, revalorizando a cultura, a relação homem-natureza, homem-homem, e promovendo um bem estar geral.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo pra quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares. p. 144-162. Brasília, Letra e Imagem, 2009.
- COMPARATO, F. K. **Ética**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- DE SOUZA SANTOS, B. **Pensar el Estado y la Sociedad**: desafios actuales. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009.
- FARIAS, A. P. P.; GUIZI, A. A. Turismo de base comunitária: uma possibilidade no estado do Paraná (Brasil). **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 17 (Dezembro, 2014).
- MORIN, E. **O Método 6: Ética**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3ª edição. Porto Alegre, Sulina, 2007.
- GARGARELLA, R. **As teorias de justiça depois de Rawls**: um breve manual de filosofia política. Tradução Alonso Reis Freire. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOBATO, A. S. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 648-661, 2013.
- MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.
- OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.
- PESSALI, H. F. **Nanoelementos da Mesoconomia**: uma economia que não está nos manuais. Curitiba: Editora UFPR, 2016.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.